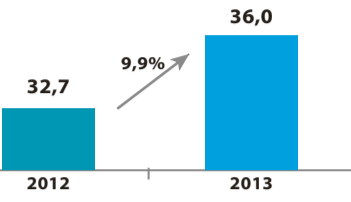


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

A seguir, os principais dados operacionais:

Principais indicadores			
	2013	2012 ²	Variação ³
Nº Total de Passageiros incluindo conexões (Milhares)	36,0	32,7	+9,9%
MTA Total (Mil)	284,2	273,8	+3,8%
Volume de Cargas ⁴ (tons)	343.784	335.168	+2,6%
Companhias Aéreas ⁴	52	44	+8
Vagas de Estacionamento ⁵	8.005	5.570	+2.435
Estabelecimentos Comerciais ⁶	144	102	+42

Quantidade Total de Passageiros Incluindo Conexão (Milhares)



² Incluindo dados infraero para compatibilidade comparativa

³ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

⁴ Posição estatística de dezembro de cada ano, excluindo as companhias aéreas que operaram esporadicamente em SBGR

⁵ Incluindo vagas para motocicletas

⁶ Não considerados bancos, ATM, Vending Machines, Secure Bags e Casas de Câmbio (Posição Dez/13)

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Em 2013, a empresa registrou receita líquida ajustada de R\$ 1.261 milhões. É importante destacar que o resultado de 2012 contempla somente 1,5 meses, devido ao início da operação (receitas foram auferidas a partir de 15 de novembro de 2012).

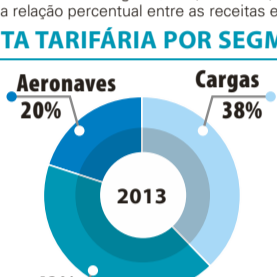
RECEITA OPERACIONAL

RS MM	2013	2012
Receitas Tarifárias	767,1	87,9
Receitas Não Tarifárias	640,7	61,0
Receita Bruta Ajustada¹	1.407,8	148,9
Deduções da Receita Bruta	(146,5)	(15,7)
Receita Líquida Ajustada¹	1.261,4	133,2

¹Ajustes: Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita de Construção

Receita Tarifária: A receita bruta tarifária atingiu R\$ 767,1 milhões, equivalente a 54,5% da receita bruta total enquanto que em 2012 a relação percentual entre as receitas era de 59,0%.

RECEITA TARIFÁRIA POR SEGMENTO



Receita Não Tarifária

As receitas não tarifárias atingiram R\$ 640,7 milhões (45,5%) da receita bruta ajustada. Foram implementadas diversas ações com impacto imediato no aumento destas receitas, tais como, (i) inauguração de 42 novas lojas nos terminais 1, 2 e 4; (ii) ampliação da área de comércio de *duty free*; (iii) entrada em operação do novo edifício garagem e aumento da oferta do número de vagas do estacionamento aéreo; e (iv) inauguração da nova praça de alimentação.

RECEITA NÃO TARIFÁRIA POR SEGMENTO



CUSTOS & DESPESAS

RS MM	2013	2012
Pessoal e Encargos	124,5	13,9
Operacionais, Gerais, Administrativas	495,4	103,3
Marketing e Venda de Serviços	12,6	4,3
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	632,6	121,6

¹Ajustes: Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção

Em 2013, os Custos e Despesas Operacionais ajustados totalizaram R\$ 632,6 milhões. Em 2012 os custos operacionais contemplam somente 1,5 meses, devido ao início da operação em 15 de novembro. Pessoal: No ano de 2013, foram efetuadas as contratações para complemento do quadro efetivo no total de 1.509 empregados. Em 2012, o quadro de empregados era de 460 efetivos. No período de janeiro de 2013 a 15 de fevereiro de 2013 (fim do período de transição operacional), o aeroporto operava com 1.075 empregados da Infraero que estavam sob gestão de GRU Airport.

Operacionais, gerais e administrativas: referem-se à prestação de serviços e despesas gerais para o funcionamento das operações aeroportuárias, que englobam manutenção, segurança, transportes, energia, conservação e outros.

EBITDA & MARGEM EBITDA

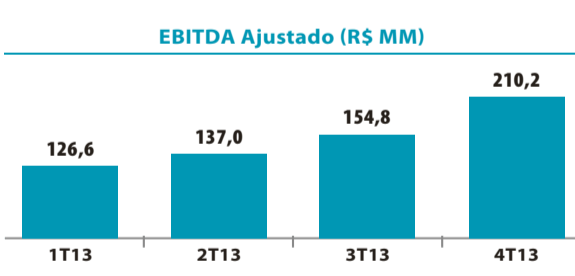
RS MM	2013	2012
Receita Líquida Ajustada¹	1.261,4	133,2
Custos e Despesas Ajustados¹	(632,6)	(121,6)
EBITDA Ajustado¹	628,8	11,6
Margem EBITDA (%) Ajustada¹	49,8%	8,7%

Instrução CVM nº 527/12.

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção

Com os esforços da gestão para a redução dos custos operacionais durante o exercício e com a implementação das estratégias para o aumento das receitas, observa-se a evolução do EBITDA ajustado entre o ano de 2013.

EBITDA Ajustado (RS MM)



Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto") apresenta-lhes, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

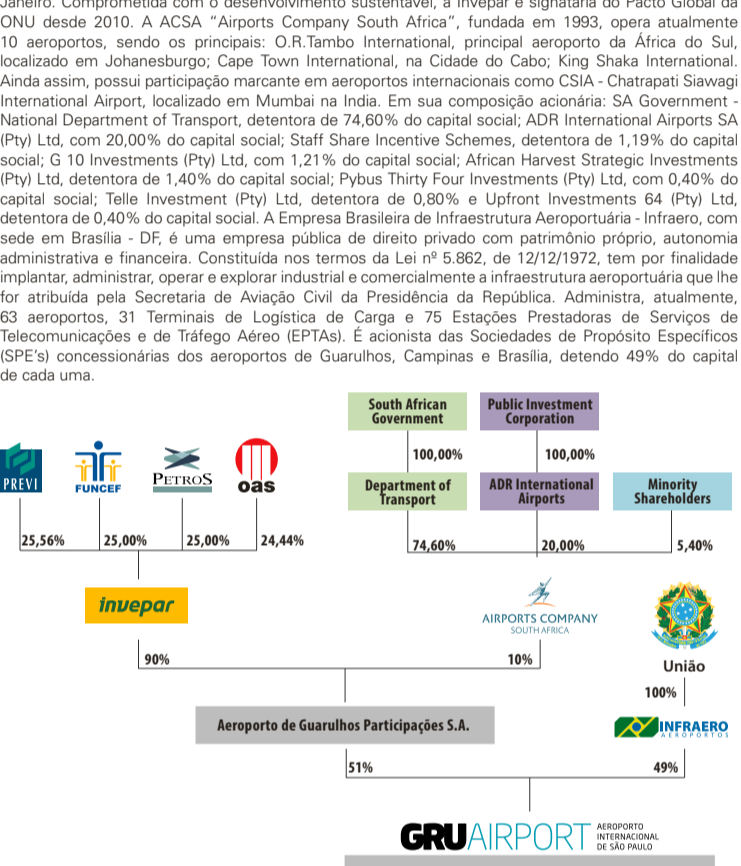
O ano de 2013 foi marcado pela continuidade do Plano de Gestão de Infraestrutura, conforme contrato de concessão, com o objetivo de ampliar a capacidade do aeroporto para atender a demanda de forma compatível com níveis de serviço e segurança adequados. Dentro deste contexto, as obras para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto compõem importantes conquistas como: a entrega do Edifício Garagem; a implementação da nova sinalização do aeroporto; a construção de um novo Data Center; o investimento em novos equipamentos de segurança operacional; a construção de um novo pátio para estacionamento de aeronaves; reforma de pistas; ampliação do terminal de passageiros (TPS-2); e a construção de nova praça de alimentação ampliando a variedade e oferta de lojas e restaurantes para os usuários da infraestrutura.

Destaca-se o avanço das obras de construção do novo terminal de passageiros (TPS-3), com inauguração para maio/14, que terá capacidade para atender cerca de 12 milhões de passageiros por ano. Foram definidas ações prioritárias para melhorar a oferta de serviços aos clientes de cargas (importadores, exportadores, despachantes aduaneiros, companhias aéreas, agentes de cargas, empresas de courier e transportadoras rodoviárias), através de: racionalização da operação; aumento da capacidade de armazenagem de câmaras frias; redução do tempo de liberação de cargas através do aprimoramento do sistema de gestão; e a reformulação do layout dos armazéns de cargas através da verticalização. Tais modernizações viabilizam a ampliação da oferta de serviços atraindo assim novos parceiros e incluindo o retorno da aviação cargueira para o aeroporto.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a Invepar com 90% e a ACSA (Airports Company South Africa) com 10%. A Invepar, é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil. O seu portfólio atual é composto de 12 concessões distribuídas nos seus 3 segmentos de atuação, sendo que a concessão da rodovia BR-040/DF/GO/MG teve seu contrato assinado em 12 de março de 2014. Em 2013, a Invepar, por meio de suas concessões administrava 1.027 quilômetros de rodovias e com a nova rodovia (BR-040/DF/GO/MG), passa a administrar 1.964 quilômetros. As suas concessões são: Linha Amarela S.A. ("LAMSA"), Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), a BR-040/DF/GO/MG e Linha Amarilla S.A.C. ("Via Parque Rimac" ou "VPR"), em Lima, no Peru, a primeira concessão internacional do grupo. No segmento de mobilidade urbana, está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrorio") e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010. A ACSA "Airports Company South Africa", fundada em 1993, opera atualmente 10 aeroportos, sendo os principais: O.R.Tambo International, principal aeroporto da África do Sul, localizado em Johannesburg; Cape Town International, na Cidade do Cabo; King Shaka International.

Ainda assim, possui participação marcante em aeroportos internacionais como CSIA - Chatrapati Shivaji International Airport, localizado em Mumbai na Índia. Em sua composição acionária: SA Government - National Department of Transport, detentora de 74,60% do capital social; ADR International Airports SA (Pty) Ltd, com 20,00% do capital social; Staff Share Incentive Schemes, detentora de 1,19% do capital social; G 10 Investments (Pty) Ltd, com 1,21% do capital social; African Harvest Strategic Investments (Pty) Ltd, detentora de 1,40% do capital social; Pybus Thirty Four Investments (Pty) Ltd, com 0,40% do capital social; Telle Investment (Pty) Ltd, detentora de 0,80% e Upront Investments 64 (Pty) Ltd, detentora de 0,40% do capital social. A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, com sede em Brasília - DF, é uma empresa pública de direito privado com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12/12/1972, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Administra, atualmente, 63 aeroportos, 31 Terminais de Logística de Carga e 75 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs). É acionista das Sociedades de Propósito Específicos (SPEs) concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, detendo 49% do capital de cada uma.



GRU AIRPORT

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

PERFIL DO NEGÓCIO

GRU Airport é considerado um aeroporto referência na América Latina e um dos principais aeroportos do mundo. O aeroporto possui como características ser ponto de partida e chegada (origem e destino), visto que está localizado no maior centro de negócios do país, além disso, trata-se de importante "hub" que conecta não apenas os diversos estados brasileiros, mas também os diversos países da América Latina. Também possui como principal característica ser uma das principais portas de entrada de mercadorias por via aérea no Brasil e possui vantagem em relação aos competidores diretos, devido a sua ampla conectividade e a localização geográfica privilegiada.

ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

O mercado brasileiro de aviação¹ cresceu de aproximadamente 82 milhões de passageiros para mais de 194 milhões em 10 anos (2004 - 2013) o que corresponde a uma taxa média anual da ordem de 10% (fonte: ANAC). Tanto os voos domésticos quanto os internacionais sofreram aumentos expressivos na última década de respectivamente 10,5% e 6,2% ao ano. Embora com todo o crescimento da última década, o Brasil tem ainda uma relação de passageiros aéreos por habitante (cerca de 1 pax/hab) distante dos países mais desenvolvidos (a União Europeia teve uma média de 1,6 pax/hab em 2012, segundo dados da Eurostat). Para os próximos 20 anos as previsões da Airbus² são de um crescimento médio anual de 5 a 6%, para o mercado doméstico brasileiro, e de uma forte expansão da demanda regional dentro da América do Sul. Desta forma, a decisão do Governo Federal em conceder à iniciativa privada em 2012 e em 2013 a administração e a operação de 5 dos principais aeroportos brasileiros, Brasília, Guarulhos, Viracopos (Campinas-SP), Galeão e Confins é decisiva para os objetivos do País em termos de melhorias e ampliação da infraestrutura de transporte aéreo. Os investimentos são necessários para suportar o crescimento econômico do País e a crescente demanda pelo transporte aéreo doméstico e internacional. Além disso, com a realização dos grandes eventos internacionais como a Copa das Confederações FIFA 2013, Jornada mundial da juventude de 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas Rio 2016, torna-se imprescindível o ganho de eficiência na infraestrutura aeroportuária.

OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS:

O exercício de 2013 representou para GRU Airport um crescimento expressivo do número de passageiros e de movimentação de aeronaves no aeroporto, representando um total de aproximadamente 36 milhões de passageiros (embarcados e desembarcados), ou seja, 10% acima dos 32,7 milhões registrados em 2012. Dos 36 milhões de passageiros, 23,5 milhões (65%) representam viagens domésticas e 12,5 milhões (35%) internacionais. No ano de 2013, 8 novas companhias aéreas internacionais iniciaram suas operações no aeroporto e estrearam mais 33 novos destinos.

¹ Os dados da ANAC divulgados pelas companhias aéreas brasileiras.

² Airbus - Global Market forecast - future Journeys (2013 - 2032)

Balancos Patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)			
Nota	31/12/2013	31/12/2012	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	622.854	312.575
Contas a receber	5	150.153	115.922
Estoques		15.842	41
Impostos a recuperar	6a	47.453	726
Partes relacionadas	7	17.930	17.713
Despesas antecipadas		5.469	5.536
Outros adiantamentos		4.701	1.355
		864.402	453.868
Não circulante			
Impostos diferidos ativos	6b	-	5.897
Impostos a recuperar	6a	6.332	-
Depósitos judiciais		149	-
Imobilizado		11.301	14.602
Intangível	8	14.581.143	12.273.227
		14.598.925	12.293.726
Total do ativo		15.463.327	12.747.594

Demonstrações do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e período de 8 de maio (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Nota	2013	2012
Receita líquida de serviços e cessão de espaço	1.261.368	133.156
Receita de construção	1.796.667	597.135
Receita total	3.058.035	730.291
Custo dos serviços prestados	(661.481)	(92.303)
Custo de construção	(1.746.202)	(580.362)
Lucro bruto	450.352	57.626
Despesas gerais e administrativas	(201.972)	(77.126)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	248.380	(19.500)
Receitas financeiras	15	9.228
Despesas financeiras	15	(64.626)
Resultado antes dos impostos	15	192.982
Imposto de renda e contribuição social	6c	(65.774)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período		127.208

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e período de 8 de maio (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Subscrição e integralização de capital	353.332	-	-	-	353.332
Prejuízo do período	-	-	-	(11.569)	(11.569)
Em 31 de dezembro de 2012	353.332	-	-	(11.569)	341.763
Aumento de capital (Nota 12)	862.227	-	-	862.227	
Lucro líquido do exercício	-	-	127.208	127.208	
Destinação do lucro	-	-	-	-	
Constituição de reservas	-	5.782	82.393	(88.175)	-
Dividendos	-	-	-	(27.464)	(27.464)
Em 31 de dezembro de 2013	1.215.559	5.782	82.393	-	1.303.734

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e período de 8 de maio (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas	3.191.703	746.038
Prestação de serviços e cessão de espaço	1.407.844	148.903
Receita de construção	1.796.667	597.135
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.808)	-
Insumos adquiridos de terceiros	2.174.395	658.082
Custos dos serviços vendidos	223.922	30.774
Custo de construção	1.746.202	580.362
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	204.271	46.945
Valor adicionado bruto	1.017.308	87.956
Retenções		
Depreciação e amortização	430.890	47.869
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	586.418	40.087
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.228	2.767
Valor adicionado total a distribuir	595.646	42.854
Distribuição do valor adicionado	595.646	42.854
Pessoal e encargos	161.773	32.046
Impostos, taxas e contribuições	239.457	21.644
Remuneração capital de terceiros	67.208	733
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período	127.208	(11.569)

LUCRO LÍQUIDO

Em 2013, o Lucro Líquido foi de R\$ 127,2 milhões, representando um aumento de R\$ 138,8 milhões em relação a 2012 (Prejuízo de R\$ 11,6 milhões).

ESTRUTURA FINANCEIRA: Em 13 de dezembro de 2013, GRU Airport, celebrou o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e bancos repassadores no valor total de R\$ 3,477 bilhões, sendo R\$ 2,439 bilhões são de recursos diretos do BNDES e R\$ 1,038 bilhão através de repasse dos bancos Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC e Itau. O prazo de vigência do contrato é de 15 anos com vencimento em 2027, contados a partir da operação de desembolso do empréstimo ponte, dezembro de 2012. A amortização é realizada pelo sistema Price, e os juros serão pagos trimestralmente até o início da amortização. No contrato de financiamento estão previstas emissões de debêntures que deverão ser emitidas até dezembro de 2016. Com a disponibilização da primeira liberação do financiamento de longo prazo que aconteceu em dezembro de 2013, a companhia quitou o empréstimo ponte celebrado com o BNDES no valor total de R\$ 1,2 bilhão.

RS MM	2013	2012
Dívida Bruta	1.834,6	450,6
Curto Prazo	1,6	0
Longo Prazo	1.833,0	450,0
Disponibilidades	623,5	312,6
Caixa e equivalentes de caixa	10,1	119,0
Aplicações Financeiras	613,5	193,6
Dívida Líquida	1.211,0	138,0

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Ao longo de 2013, foram concluídos diversos investimentos relevantes para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto: (i) o Edifício Garagem, em maio/13, que acrescentou 2.644 vagas de estacionamento; (ii) um novo Data Center, em julho/13; (iii) a expansão do TPS 2, em agosto/13, em aproximadamente 6 mil m², com nova praça de alimentação e ampliação da loja *duty free* de desembarque; (iv) nova sinalização; (v) instalação de novos itens de segurança no sítio aeroportuário; (vi) reformas dos sanitários dos saguões AB/C e D; (vii) novos canais de comunicação; (viii) o Pátio Lima, com 13 novas posições para aeronaves categoria E (aeronaves com envergadura entre 52m e 64,99m); (ix) ampliação do Terminal de Cargas totalizando 97 mil m²; (x) início da reforma e ampliação da pista de taxiamento, a PR-A, que irá aumentar a eficiência operacional aérea; (xi) aquisição de equipamento de combate a incêndios, o Panther, que é o mais moderno do mundo e é utilizado em mais de 80 aeroportos.

Novo Terminal de Passageiros 3 (TPS-3)

O aeroporto está passando pelo maior processo de transformação desde o início das operações, em 1985. A construção do TPS-3 e a ampliação do pátio de aeronaves são as principais obras de infraestrutura a serem entregues até a Copa do Mundo de 2014. Com 192 mil m² o novo TPS-3 terá capacidade para cerca de 12 milhões de passageiros ao ano e o pátio de aeronaves com 34 posições de estacionamento, sendo 20 pontos de embarque e 14 posições remotas. O novo terminal será exclusivo para voos internacionais

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. com 51% e da Infraero com 49% foi constituída em 8 de maio de 2012. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Companhia tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo em 12 de agosto de 2012. O contrato tem prazo de vigência de 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032. Pelos próximos 20 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. Em 31 de dezembro de 2013 a Concessionária apresenta capital circulante líquido negativo de R\$625.270 (R\$662.008 em 31 de dezembro de 2012), o que está previsto em seu plano de negócios. A Administração da Concessionária e seus acionistas controladores entendem que a partir dos investimentos que serão feitos, dentre os quais a conclusão de um novo terminal de passageiros, um melhor gerenciamento dos contratos de cessão de espaço e receitas não tarifárias bem como a conclusão das captações de longo prazo, a Concessionária aumentará a geração de caixa operacional o que permitirá o pagamento de suas obrigações. Cabe ressaltar que em conformidade com o seu plano de negócio, em 04 de abril, 08 e 09 de julho, 12 de agosto e 14 de novembro de 2013, a Concessionária recebeu de seus acionistas os aportes nos valores de R\$180.983, R\$229.700, R\$222.200, R\$69.319 e R\$132.428, respectivamente (vide Nota 12). Adicionalmente, os acionistas da Concessionária possuem a possibilidade de intenção de prover recursos financeiros a Companhia, se necessário for, durante o período inicial de maturação de suas atividades.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A moeda funcional da Companhia é o real e a moeda de preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras demonstradas estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua capacidade de recuperação nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas demonstrações pode resultar em valores divergentes em relação aos valores contábeis. O tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 11 de março de 2014. **2.1. Reconhecimento de receita:** Receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na mesma forma em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável: a) **Receita de serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e devoluções, e é reconhecida no momento da prestação dos serviços. b) **Receita de tarifas:** A receita de serviços tarifários: os serviços tarifários incidem sobre a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Receita de serviços não tarifários: os serviços não tarifários contemplam quaisquer procedimentos caracterizados como retrabalho ou atividades não previstas, classificados e remunerados na legislação realizados nas dependências dos complexos logísticos por solicitação de clientes. b) **Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) **Receita de construção:** Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimento em concessão aeroportuária, e que tal concessão é alcançada pela CPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da CPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de utilização dos serviços da concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos Vencidos				
		(12.808)		≤30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>120 dias
31 de dezembro de 2013	150.153	(12.808)	142.943	4.608	918	752	1.360	12.380

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2013	31/12/2012
a) Impostos a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social		112
IRRF	3.806	614
PIS e COFINS	43.647	726
Total dos impostos a recuperar - circulante	47.453	6.332
PIS e COFINS - não circulante	6.332	-
Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação pela Companhia, bil Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. Os benefícios e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:		
Natureza	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	516.609	99.622
Diferenças temporárias	21.910	7.285
Ajuste de RTT	(598.395)	(101.010)
	(59.876)	5.897

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis contidas a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu âmbito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2018	4.933
2019	5.743
2020	20.601
2021	43.537
2022 em diante	441.795
	516.609

c) **Imposto de renda e contribuição social no resultado do período:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social	192.982	(17.466)
Alíquota combinada do IR e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(65.614)	5.938

Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício

Diferenças permanentes	(160)	(41)
Total dos impostos no resultado	(65.774)	5.897

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação de MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão.

	31/12/2013	31/12/2012
d) Imposto a recolher:		
PIS e COFINS	9.948	6.875
IRRF	1.438	1.239
ISS terceiros	4.368	2.388
IRRF	1.984	846
INSS s/terceiros	3.546	1.019
PIS, COFINS e Contribuição Social	1.246	1.296
Circulante	22.530	13.663

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam elas administradores e empregados, acionistas ou coligadas, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Companhias por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao lado de avaliação de bens com que concorra para

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Principal	Amortização	Juros	Saldo final 31/12/2013
BNDES	Dez/27	TJLP	2,88%	1.283.000	-	1.074	1.284.074
Banco do Brasil	Dez/27	TJLP	3,40%	110.000	-	99	110.099
Bradesco	Dez/27	TJLP	3,40%	110.000	-	99	110.099
Itaú	Dez/27	TJLP	3,40%	110.000	-	99	110.099
HSBC	Dez/27	TJLP	3,40%	110.000	-	99	110.099
Saixa Econômica Federal	Dez/27	TJLP	3,40%	110.000	-	99	110.099
Parcelas de curto prazo							1.834.568
Parcelas de longo prazo							1.568
Objeto	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Principal	Amortização	Juros	Saldo final 31/12/2012
Banco Itaú BBA	Fev/13	CDI	2,43%	32.137	(32.137)	247	247
BNDES	Jan/15	TJLP	2,40%	450.000	-	356	450.356
Parcelas de curto prazo							603
Parcelas de longo prazo							450.630

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$1.568. Segue abaixo a composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2017	87.287
2018	174.571
2019	174.571
2020	174.571
2021	1.222.000
2022 em diante	1.833.000

Garantias e cláusulas restritivas financeiras: Em 31 de dezembro de 2013: • R\$1.833.000 do saldo é garantido através de carta fiança, penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta-corrente e penhor de ações dos acionistas (Infraero e Grupar).

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2013	31/12/2012
Outorga variável a pagar	143.913	14.954
Outorga fixa a pagar	1.020.678	860.301
Circulante	1.164.591	895.255
Outorga fixa a pagar	10.733.712	10.839.956
Não circulante	10.733.712	10.839.956

A Concessionária se obriga a pagar à União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$810.650; e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em reais

3. CONTRATOS DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a serem implementadas nas seguintes fases: • FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária. • FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços. • FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a Infraestrutura ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA. • FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA. A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. terá como remuneração as receitas tarifárias, tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia; e de receitas não tarifárias inerentes à exploração dos espaços comerciais. A Concessionária se obriga a pagar à União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$810.650; e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em reais resultante da aplicação de 10% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária. A contribuição fixa paga anualmente será reajustada pelo IPCA calculado pelo IBGE acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de início de pagamento da contribuição. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária e eventuais subsidiárias integrais exceda o parâmetro descrito em contratos, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades comerciais, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante. Integrante da concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizado pelo poder público e a serem incorporados pela concessionária. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado uma vez por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e conta-corrente	10.050	119.021
Certificados de depósito bancário - CDB	168.968	72.991
Operações compromissadas	443.836	120.563
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	622.854	312.575

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 9,5% e 10,5%. O Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e com liquidez imediata. As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantias referem-se a aplicações bloqueadas judicialmente ou que são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2013 a companhia mantém em uma conta-corrente saldo R\$1.969 indisponível para movimentação, a título de garantia de empréstimos.

5. CONTAS A RECEBER:

	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber tarifárias	80.862	63.144
Aeromovs	4.092	9.565
Armazenagem	84.954	72.709
Contas a receber não tarifárias	78.007	43.213
Cessão de espaço	(12.808)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150.153	115.922
Total contas a receber	183.058	191.631

Em 31 de dezembro de 2013 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$12.808, onde 32% representam risco de crédito e 68% representam títulos vencidos há mais de 180 dias. Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	(14.277)	-
Reversões	1.469	-
Saldo no fim do exercício	(12.808)	-

a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiar de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2013		
			Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado
Invepar	Repasso de custos	Acionista direto	217	-	217
Infraero	Repasso de receita/custo	Acionista direto	17.713	16.743	970
Grupar	Dividendos	Acionista direto	-	14.007	-
Infraero	Dividendos	Acionista direto	-	13.457	-
CART	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	457	(457)
METRORIO	Folha de pagamento de funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	521	(521)
			17.930	45.185	209

Construtora OAS(*) Adiantamento para serviços de construção Participante indireto 70.396 - -
 Prestação de serviços de Participante indireto - 71.244 -
 Construtora OAS(*) de construção Participante indireto - - 71.244 -
 (*) Os valores referentes à Construtora OAS estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo, e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados, e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção.

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2012		
			Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado
Invepar	Nota de débito	Participante indireto	-	14.713	14.713
Infraero	Repasso de receita	Acionista direto	17.713	34.121	16.408
			17.713	48.834	31.121

Construtora OAS (*) Adiantamento para serviços de construção Participante indireto 95.375 - -
 Prestação de serviços de Participante indireto - 71.745 -
 Construtora OAS (*) de construção Participante indireto - - 71.745 -
 a) **Sumário das transações entre partes relacionadas:** A Companhia possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 14 de novembro as quais foram recebidas pela Concessionária após 14 de novembro de 2012. Os valores pagos a Invepar referem-se a contratos e evidências da prestação de serviços das despesas pagas a fornecedores da Concessionária pela INVEPAR. A Companhia reembolsa às coligadas CART e Metro RIO valores referentes a gastos com funcionários destas sociedades que prestaram serviços a Concessionária. Em setembro de 2012 a Companhia adiantou à Construtora OAS o montante de R\$104.456 referente aos serviços de mobilização para o projeto de construção, modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$2.271.

8. INTANGÍVEL:

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2013
Custo	3.566	4.218	(440)	7.344
Software e sistemas	495.235	1.867.183	(4.870)	2.357.548
Adiantamento a fornecedores	101.900	14.181	5.337	121.418
Direito de concessão - outorga fixa	11.720.256	851.400	(28)	12.571.628
Total	12.320.957	2.736.982	-	15.057.939

Amortização Software (139) (1.460) 307 (1.292)
 Direito de concessão - outorga fixa (47.589) (421.460) (469.049)
 Direito de concessão - investimento (6.148) (307) (6.455)
 Total (47.728) (429.068) - (476.796)

Intangível líquido 12.273.229 2.307.914 - 14.581.143
 Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, durante o prazo de 20 anos, a Companhia, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012 pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa. Segundo orientações contidas no OCPP 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada à valor presente e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de imobilizações. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram capitalizados R\$ 88.120 de custos de empréstimos e financiamentos no saldo do ativo intangível (R\$603 no período findo em 31 de dezembro de 2012). Sobre os ativos intangíveis da Companhia não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não superior ao prazo de cinco anos.

9. FORNECEDORES



★ continuação

Em 04 de abril, 08 e 09 de julho, 12 de agosto e 14 de novembro de 2013 foi integralizado o capital no valor de R\$189.983, R\$239.700, R\$230.300, R\$69.819 e R\$132.425 respectivamente. O aporte de capital foi proporcional à participação acionária, conforme mostra o quadro abaixo:

Integralização de capital					
04/2013	07/2013	08/2013	11/2013	%	
96.892	239.700	35.608	67.538	51	
<u>93.091</u>	<u>230.300</u>	<u>34.211</u>	<u>64.887</u>	<u>49</u>	
<u>189.983</u>	<u>470.000</u>	<u>69.819</u>	<u>132.425</u>	<u>100</u>	

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.
 Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
 Total

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia é de R\$1.215.559, sendo R\$1.215.559 totalmente subscrito e integralizado. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como segue:

Lucro líquido do exercício	127.208
Absorção de prejuízo acumulado	(11.569)
	115.639
Constituição de reserva legal (5%)	(5.782)
Base para determinação do dividendo mínimo obrigatório (25%)	109.857
Dividendos a pagar	27.464

b) **Reserva de retenção de lucros:** Do lucro líquido do exercício de 2013, o montante de R\$82.393 foi destinado à reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital preparado pela Administração e a ser aprovado em Assembleia de acionistas. c) **Reserva legal:** A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Parte do prejuízo apurado em 2012 foi absorvido por esta reserva.

13. RECEITAS

	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave	472.397	51.931
Receita de armazenagem e capatazia	294.719	35.975
Receita bruta não tarifária		
Cessão de espaço	625.676	60.996
Outros	15.052	-
Deduções da receita bruta	(146.476)	(15.746)
Receitas de serviços	1.261.368	133.156
Receita de construção	1.796.667	597.135
Receita operacional líquida	3.058.035	730.291

14. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2013	31/12/2012
Operacionais, gerais e administrativas	(495.432)	(103.281)
Pessoal e encargos	(124.524)	(13.937)
Depreciação e amortização	(430.890)	(47.869)
Marketing e venda de serviços	(12.607)	(4.342)
Custo de construção	(1.746.202)	(580.362)
Custo dos serviços prestados	(2.809.655)	(749.791)
Custo de construção	(1.746.202)	(580.362)
Despesas gerais e administrativas	(201.972)	(77.126)
	(2.809.655)	(749.791)

15. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	8.267	2.743
Outras receitas financeiras	961	24
Total receitas financeiras	9.228	2.767
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(2.627)	(595)
Correção monetária	(58.802)	-
Juros BNDES	(2.316)	-
Outros	(881)	(138)
Total despesas financeiras	(64.626)	(733)
Total resultado financeiro	(55.398)	2.034

16. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia e garantia de obrigações públicas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	500.000	11/04/2013	30/06/2016	Itaú Seguros S.A.
Riscos operacionais	700.000	24/05/2013	24/05/2014	Itaú Seguros S.A.
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2013	24/05/2014	Itaú Seguros S.A.
Garantia de obrigações públicas (a)	956.328	04/06/2013	04/06/2014	Itaú Seguros S.A.
Riscos de engenharia, obras civis em construção/installação montagem	1.170.000	26/03/2013	30/06/2016	Zurich Seguradora S.A.
Seguro de equipamentos móveis	3.300	21/03/2013	21/03/2014	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	4.900	01/01/2013	01/01/2014	Allianz Seguros S.A.
Seguro de frota	50.000	08/08/2013	08/08/2014	Royal & Sunalliance

(a) Em 11/07/2013 ocorreu renovação no endosso com reajuste no valor de R\$71.425, com vigência até 04/06/2014.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	31/12/2013		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	622.854	-	622.854
Valores a receber	-	168.083	168.083
Total do ativo	622.854	168.083	790.937
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	1.834.568	1.834.568
Obrigações com poderes concedentes	-	11.898.303	11.898.303
Total do passivo	-	13.732.871	13.732.871

	31/12/2012		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	312.575	-	312.575
Valores a receber	-	133.635	133.635
Total do ativo	312.575	133.635	446.210
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	450.603	450.603
Obrigações com poderes concedentes	-	11.735.210	11.735.210
Total do passivo	-	12.185.813	12.185.813

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo). As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. • **Contas a receber:** O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. b) **Exposição a riscos de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI. c) **Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) **Risco de taxa de câmbio:** O resultado da Companhia poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função da receita não tarifária oriunda do Dufry do Brasil, lojas francas, que tem parte da sua receita em moeda estrangeira. A mesma firmou contrato com a Concessionária com cláusula de arrecadação variável sobre o total das vendas. e) **Operação de derivativos:** A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

f) **Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte em uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	1.834.568	450.603
Caixa e equivalentes de caixa	(622.854)	(312.575)
Dívida líquida	1.211.714	138.028
Patrimônio líquido	1.303.734	341.763
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.515.448	479.791

g) **Risco de liquidez:** A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. h) **Análise de sensibilidade na moeda estrangeira e nas taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável foram apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. h.1) **Ativo financeiro:**

Operação	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Votorantim	CDI (% ao ano)	1.989	2.033	2.077
Votorantim	CDI (% ao ano)	87.914	89.870	91.826
Banco do Brasil	CDI (% ao ano)	139.502	142.606	145.710
Banco do Brasil	CDI (% ao ano)	43.924	44.901	45.878
Bradesco	CDI (% ao ano)	49.451	50.552	51.652
Itaú	CDI (% ao ano)	88.617	90.589	92.561
CEF	CDI (% ao ano)	75.803	77.489	79.176
HSBC	CDI (% ao ano)	129.626	132.510	135.395
HSBC	CDI (% ao ano)	55.850	57.093	58.335

Referência para ativos financeiros

CDI (% ao ano)

9,77%

h.2) **Passivo financeiro:**

Operação	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimo BNDES	1.568 TJLP (% ao ano)	1.646	1.666	1.686
Empréstimo BNDES	1.283.000 TJLP (% ao ano)	1.347.150	1.363.188	1.379.225
Banco do Brasil	110.000 TJLP (% ao ano)	115.500	116.875	118.250
Bradesco	110.000 TJLP (% ao ano)	115.500	116.875	118.250
Itaú	110.000 TJLP (% ao ano)	115.500	116.875	118.250
HSBC	110.000 TJLP (% ao ano)	115.500	116.875	118.250
Caixa Econômica Federal	110.000 TJLP (% ao ano)	115.500	116.875	118.250

Referência para passivos financeiros

TJLP (% ao ano)

5,00%

6,25%

7,50%

A exposição ao câmbio não é relevante. i) **Hierarquia do valor justo:** O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado básico diluído por ação		
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da companhia	127.208	(11.569)
Denominador (em milhares de ações)	825.998	309.166
Média ponderada por número de ações	-	-
Resultado básico e diluído por ações	0,154	(0,037)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações anuais. A Companhia não possui instrumentos diluídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e no período findo em 31 de dezembro de 2012, e consequentemente não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 05 de dezembro de 2013 e em 28 de janeiro de 2014, a Companhia aprovou por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias, a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 4 séries, no montante total de R\$ 300 milhões, com data de emissão em 15 de fevereiro de 2014, com pagamento de juros anuais e com vencimento em março, junho, setembro e dezembro de 2025 para cada série. O Instrumento de Emissão foi celebrado em 26 de fevereiro de 2014. A distribuição pública foi realizada com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 com liquidação financeira prevista para final de março de 2014. A emissão é realizada nos termos da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, bem como nos termos da portaria da Secretaria de Aviação Civil (SAC), nº 32, de 28 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, em 29 de janeiro de 2014, que enquadrou o projeto de infraestrutura como prioritário.

Diretoria

Antonio Miguel Marques - Diretor Presidente

Garish Gopal - Diretor de Gestão de Operação
 Carlos Fernando Pereira Sellos - Diretor de Gestão Comercial

Marcus Vinicius Monteiro Santarém - Diretor de Gestão de Carga
 Marcus Vinicius Bahia de Abreu - Diretor Administrativo Financeiro

Contador

Leonardo Machado de Oliveira
 CRC-RJ088.576/O

Conselho de Administração

Gustavo Nunes da Silva Rocha - Presidente do Conselho de Administração
 Hilário Leonardo Pereira Filho - Vice-Presidente do Conselho
 Marcos Bastos Rocha
 Marcus Roger Meireles Martins da Costa

Joilson Rodrigues Ferreira
 Elismar Gonçalves Lopes
 Fernando Nicácio da Cunha Filho
 Nelson Edmundo Forte Fernandes de Negreiros Deodato Filho

Conselho Fiscal

Rodrigo Fagundes Rangel - Presidente do Conselho Fiscal

Cristiano Borges Castilho

Luis Otávio dos Santos Kirst

Parecer do Conselho Fiscal

"1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 19 de março de 2014, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, elaborados na forma da Lei nº 6.404/76 e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Ernst & Young Auditores Independentes S.S, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. 2. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. 3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da

Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará."

Guarulhos, 19 de março de 2014

Rodrigo Fagundes Rangel
 Presidente da Reunião e do Conselho Fiscal
 Leandro Pozzane
 Secretário da Reunião
 Fernando Gervásio Bastos Visser
 Conselheiro Suplente

Luis Otávio dos Santos Kirst

Conselheiro

Convidados:

Marcus Vinicius Bahia de Abreu

Diretor Administrativo Financeiro da Companhia

Gláucio Dutra da Silva

Sócio da Ernst & Young Auditores Independentes S.S

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da **Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.** - Guarulhos - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança

razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião,